



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA AQUISIÇÃO**

Aquisição de kits de gêneros alimentícios destinados ao atendimento de pacientes em tratamento fora do domicílio (TFD) nos municípios de Curitiba, Londrina, Araçongas e demais localidades, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, bem como, compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência de forma a melhor atender as necessidades do Município de Bandeirantes-Pr.

**I – Informações Gerais:**

<b>1. Número do Processo Administrativo:</b>	103/2025
<b>2. Setor Requisitante:</b>	Secretaria de Saúde
<b>3. Equipe de Planejamento da Contratação:</b>	Alexandro Beretta Lucélia Maria da Silva Sabrina Bezerra Lopes

**II – Diagnóstico da Situação Atual:**

**1. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):**

1.1. A Secretaria Municipal de Saúde justifica a presente solicitação de abertura de processo licitatório para aquisição de *kits de gêneros alimentícios*, destinados ao atendimento de pacientes que necessitam de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que se deslocam para cidades como Curitiba, Londrina, Araçongas, São Jerônimo da Serra, entre outras localidades, conforme exposto nos seguintes fundamentos:

- O fornecimento dos kits visa suprir uma necessidade identificada durante os deslocamentos de pacientes que necessitam de TFD, garantindo-lhes condições mínimas de alimentação durante os trajetos e permanência fora do município de origem;
- Em casos como o de deslocamento para a cidade de Curitiba, os pacientes viajam durante a noite anterior e permanecem na capital durante todo o dia seguinte, a fim de realizar consultas e exames. Muitos destes pacientes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não dispõem de recursos financeiros suficientes sequer para custear suas refeições.
- A distribuição dos kits tem, portanto, o objetivo de assegurar ao menos uma refeição digna durante o período em que os pacientes estão fora de seu domicílio, contribuindo para a preservação da saúde e garantindo suporte nutricional necessário ao enfrentamento das demandas médicas.
- Ressalta-se que o fornecimento de alimentação durante os deslocamentos reduz riscos à saúde, evitando que pacientes permaneçam longos períodos em jejum, o que pode agravar seu quadro clínico ou comprometer a eficácia de exames e procedimentos médicos.
- Trata-se também de uma medida que promove a equidade no acesso à saúde pública, viabilizando que todos os pacientes, inclusive aqueles em situação de vulnerabilidade, possam usufruir de um atendimento com dignidade e conforto, independentemente de sua condição financeira.
- Adicionalmente, ao assegurar a alimentação dos pacientes durante o transporte, evitam-se paradas não programadas no percurso, conferindo maior agilidade e eficiência ao deslocamento, além de segurança logística para os envolvidos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

- A distribuição dos kits alimentares teve início no ano de 2022, sendo considerada eficaz no atendimento às necessidades dos pacientes. Atualmente, são entregues aproximadamente 750 (setecentos e cinquenta) kits por semana, os quais são distribuídos de acordo com os destinos relacionados aos tratamentos médicos.
- Ressalta-se, ainda, a ampliação da demanda, e também à inclusão de deslocamentos realizados em determinados sábados quando são realizados mutirões de exames, o que poderá elevar a média semanal para cerca de 750 (setecentos e cinquenta) a 850 (oitocentos e cinquenta) kits a serem distribuídos.

Diante do exposto, entendemos plenamente justificada a presente solicitação de aquisição dos kits alimentares, uma vez que ela se alinha ao compromisso desta Secretaria com o cuidado integral ao paciente, indo além do tratamento da doença e contemplando aspectos fundamentais como a alimentação, o bem-estar e a dignidade humana durante o processo de atendimento médico especializado fora do município.

A luz destas informações, considera-se uma aquisição econômica e eficiente, proporcionando a possibilidade de sanar as necessidades descritas acima, seguindo os ditames legais previamente impostos durante toda vigência do processo que está prevista para ser de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias e por esse período os pedidos fracionados, conforme as necessidades.

**2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):**

Considerando que o objeto da contratação não se caracteriza como bem de luxo, nos termos do artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 9 de maio de 2023, uma vez que os produtos em questão são classificados como bens comuns, faz-se necessária a realização de processo anual para sua aquisição, com o objetivo de atender à demanda da Secretaria de Saúde, em especial do setor de transporte.

**Previsão no PAC: Publicado no Diário Oficial Eletrônico, no dia 07 de maio de 2025, conforme Edição nº1052, publicado no Diário Oficial Eletrônico.**

<b>( x ) Sim</b> – Especificar Ano: 2025	<b>( ) Não</b>
<b>SECRETARIA</b>	<b>SEQUÊNCIA:</b>
SAÚDE	SS0659

Créditos orçamentários:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
334 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.32.00	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002
401 - 11.006.10.301.1001.6083.3.3.90.32.00	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002

Em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, apresente contratação enquadra-se em:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Criação ação de governo	( ) Sim	(x) Não
Expansão ação de governo	( ) Sim	(x) Não
Aperfeiçoamento ação de governo	( ) Sim	(x) Não

**3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):**

**3.1 DO OBJETO:** AQUISIÇÃO DE KITS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES EM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) NOS MUNICÍPIOS DE CURITIBA, LONDRINA, ARAPONGAS E DEMAIS LOCALIDADES, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTES.

**3.2. NATUREZA DO SERVIÇO:** Material para Consumo, caracterizado como comum.

**3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:** A contratação para a aquisição deverá obedecer, no que couber:

3.3.1. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014

**3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**

3.4.1. No momento da entrega dos kits, os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de quaisquer contaminantes químicos, físicos ou biológicos. Os produtos perecíveis deverão ser devidamente embalados e mantidos, quando a natureza dos itens assim exigir, em temperaturas adequadas à sua perfeita conservação.

3.4.2. As embalagens devem estar intactas, sem perfurações ou avarias, e conter, de forma clara e legível, a data de validade dos produtos, a qual deverá obedecer ao prazo estipulado no Termo de Referência, contado a partir da data de recebimento.

3.4.3. Os itens entregues serão submetidos a avaliação visual e sensorial de qualidade, bem como à verificação quantitativa, conforme as especificações constantes na Autorização de Fornecimento, no Termo de Referência e em seus apêndices. Caso os produtos atendam às exigências estabelecidas, serão considerados em conformidade; caso contrário, serão classificados como em desconformidade.

3.4.4. Todos os gêneros alimentícios, bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento, deverão observar integralmente a legislação vigente, especialmente as Normas Técnicas Especiais de Alimentos previstas nas seguintes resoluções da ANVISA/MS: RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002; RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003; RDC nº 7, de 18 de fevereiro de 2011; e RDC nº 14, de 28 de março de 2014, além de demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

**3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:** Não será permitida a subcontratação integral e nem parcial do objeto.

**3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S:** Conforme demonstrado na documentação anexa, foram obtidos, no mínimo, três orçamentos, o que atenderia aos requisitos legais para a aplicação da preferência estabelecida pela Lei Municipal nº 4.169/2022.

Entretanto, considerando que o objeto da contratação é composto por apenas um item, que, por sua vez, agrega uma variedade de gêneros alimentícios, a equipe de planejamento opta, de forma justificada, por não aplicar a referida preferência. Isso se deve ao fracionamento do objeto em múltiplos itens, com o intuito de viabilizar a referida política de preferência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Tal medida, contudo, poderia resultar na contratação de diferentes fornecedores, o que acarretaria na entrega de produtos de marcas distintas, comprometendo a padronização e a uniformidade dos itens fornecidos durante a vigência contratual. Ressalta-se que, no caso específico de gêneros alimentícios, a padronização é importante para garantir a qualidade e a conformidade dos produtos, especialmente quando destinados aos pacientes que realizam Tratamento Fora do Domicílio.

Dessa forma, visando assegurar a homogeneidade do fornecimento, a simplificação logística e a eficiência na gestão contratual, a equipe técnica manifesta-se pelo não enquadramento do presente processo na aplicação da política de preferência, conforme permitido pela legislação vigente.

**3.7. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS:** No que se refere à participação de cooperativas, esta não será restringida, desde que, conforme os documentos exigidos, a cooperativa possua objeto social compatível com o objeto da licitação. Como regra geral, é permitida a participação de cooperativas em processos licitatórios, desde que haja compatibilidade entre seu objeto social e o objeto licitado.

**3.8. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:** Não será permitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto licitado é amplamente comercializado por diversas empresas do setor, não se justificando, portanto, a formação de consórcio para o atendimento das obrigações de fornecimento.

**3.9. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Incluir, no Termo de Referência, cláusulas que obriguem a contratada a adotar práticas sustentáveis, tais como:

- a) Priorizar o envio de documentos em formato digital, com o objetivo de reduzir a impressão em papel;
- b) Na hipótese de necessidade de envio de documentos físicos à CONTRATANTE, utilizar preferencialmente a impressão frente e verso (função duplex), bem como papel produzido a partir de madeira de origem legal;
- c) Destinar de forma sustentável todos os resíduos gerados, dando preferência ao reuso e à reciclagem dos materiais utilizados;
- d) Atender, sempre que possível, às diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 3.537, de 9 de maio de 2023, especialmente ao disposto no artigo 361, no que tange aos critérios de sustentabilidade.

**3.10. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

3.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, sendo nomeado através da portaria de nº\_2.163/2025.

FISCAL: RICARDO PEDRO DE CARVALHO
GESTOR: ALEXANDRO BERETTA

3.10.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.10.3. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal nº 3.537/2023, quanto as atribuições do gestor e fiscal do contrato.

3.10.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.10.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

- 3.10.6. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.10.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.10.8. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.10.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.10.10. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 3.10.11. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário:
- 3.10.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 3.10.13. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 3.10.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 3.10.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 3.10.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 3.10.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 3.10.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**3.11. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:**

- 3.11.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: 07/2025;
- 3.11.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: 07/2025
- 3.11.3. Data início da execução: 07/2025
- 3.11.4. O contrato deverá possuir prazo de validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelecido pela lei 14.133/21 e suas alterações.
- 3.11.5. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

3.11.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO: Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**3.12. DO PAGAMENTO:**

3.12.1. Considerando que não demandara a presente contratação de exigência de garantia para execução dos serviços, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços objeto da presente contratação.

3.12.2. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) contados a partir do atesto da Nota Fiscal.

**4. Estimativas das quantidades a serem contratadas:**

4.1. A quantidade planejada visa atender a um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, garantindo que o Município de Bandeirantes esteja devidamente preparado para o fornecimento dos kits aos pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio. A estimativa foi elaborada com base na última contratação, conforme os Documentos de Formalização da Demanda, de modo a assegurar um atendimento eficiente e satisfatório.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTD TOTAL ANUAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	<p><u>Kit contendo:</u></p> <p><b>2 Pacotes de bolinhos</b>, diversos sabores (chocolate, coco, laranja ou baunilha), embalagem contendo no mínimo 100 gramas, produzido a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa, parasita, detritos de animais e vegetais e em perfeito estado de conservação. Aparência: massa bem assada, com recheio, sem cobertura. Não serão aceitos produtos murchos, mal assados, amassados ou queimados. Validade Mínima 03 meses.</p> <p><b>01 Suco sem corantes</b>, fonte de vitaminas e nutrientes, acondicionado em embalagem Tetra Pak, diversos sabores (laranja, morango, uva e maracujá), embalagem contendo no mínimo 200 ml. Validade mínima 03 meses.</p> <p><b>01 Pacote de biscoito salgado</b> (não de polvilho), embalagem mínima de 140 gramas, produzido a partir de matérias primas</p>	45.000	R\$10,55	<b>R\$474.750,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

<p>sãs e limpas, isenta de matéria terro parasitas, detritos animais e vegetais e em perfe estado de conservação. Aparência: massa be assada, sem recheio, sem cobertura. Não serão aceitos produtos murchos mal assados e queimados. Validade mínimas de meses.</p> <p><b>01 Achocolatado Líquido.</b> Embalage mínima: 200 ML, enriquecido com vitaminas e minerais. Embalagem Tetra Pa Validade Mínima de 03 meses.</p> <p><b>01 Saco plástico,</b> tamanho aproximad 30x40 cm (podendo haver variação de 10% pa mais ou para menos) .</p> <p><b>01 Lacre Amarelo</b> (arame encapado).</p>			
--	--	--	--

**Histórico de contratações anteriores:**

**Ano de referência: 2022**

QTD ANUAL	PRAZO	ADITIVO?	QTD FINAL
16.430 KITS	12 MESES	25% QTD PROPORCIONAL A 4.107 KTS	20.537

**Ano de referência: 2023**

QTD ANUAL	PRAZO	ADITIVO?	QTD FINAL
34.200 KITS	365 DIAS	25% QTD PROPORCIONAL A 8.550 KITS  PRORROGAÇÃO DE PRAZO PROPORCIONAL A 90 (NOVENTA) DIAS	42.750

**Ano de referência: 2024**

QTD ANUAL	PRAZO	ADITIVO?	QTD FINAL ATÉ A PRESENTE DATA
45.050 KITS	365 DIAS	NÃO	45.050



***PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES***  
***ESTADO DO PARANÁ***

Conforme as informações apresentadas pelo setor de agendamento de transportes, são encaminhados kits para diversas cidades, onde atualmente se destacam:

ANDIRÁ
ARAPONGAS
ASSIS
APUCARANA
BAURU
ASSAI
BOTUCATU
CORNÉLIO PROCÓPIO
BANDEIRANTES
CURITIBA
URAI
CARLOPOIS
JACAREZINHO
PIRAQUARA
LONDRINA
MARINGÁ
IVAPORA
OURINHOS
ROLÂNDIA
SANTO ANTÔNIO DA PLATINA
SOROCABA
SANTA CRUZ DO RIO PARDO
SÃO JERÔNIMO DA SERRA
JANDAIA DO SUL
SÃO PAULO
SANTA MARIANA
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
CANDIDO MOTA
CAMPO MOURA
MARILIA
TELEMACO BORBA
PONTA GROSSA
UMUARAMA
FAZENDA RIO GRANDE
CASCADEL

O montante em questão corresponde a uma demanda semanal de 750 (setecentos e cinquenta) kits, distribuídos de segunda a sexta-feira. Considerando a análise do cenário atual, projeta-se que a





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

distribuição semanal varie entre 750 (setecentos e cinquenta) e 850 (oitocentos e cinquenta) kits, mantendo-se, portanto, próxima à estimativa estabelecida no processo referente ao exercício orçamentário de 2024.

Ao se analisar o saldo do Contrato nº 192/2024, firmado com a empresa Cristiane Nieto Arantes Ltda. (CNPJ 37.974.794/0001-02), com base na Ata de Registro de Preços nº 192/2024 e conforme consulta realizada no sistema betha.cloud em 09/05/2025, verifica-se que o município dispõe de um saldo de 9.189 kits. A utilização desse saldo está prevista até o término da vigência contratual, programado para 16/07/2025. Estima-se, ainda, que novos pedidos sejam realizados até essa data, o que deverá resultar na utilização de praticamente todo o saldo disponível, aproximando-se do quantitativo inicialmente previsto no processo.

Dessa forma, conclui-se que a justificativa quanto à quantidade encontra-se devidamente fundamentada, especialmente por estar em consonância com os dados do processo anterior e com o histórico de distribuição dos kits.

**III - Prospeção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):**

**1. Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):**

1.1. A análise comparativa de soluções disponíveis no mercado teve como objetivo identificar as alternativas mais adequadas para o atendimento da demanda, considerando não apenas o aspecto econômico, mas também os aspectos qualitativos relacionados aos benefícios esperados para o alcance dos objetivos da contratação.

1.2. Foram consideradas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, com a finalidade de identificar a existência de metodologias, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às necessidades da Administração, levando-se em conta os princípios da economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

1.3. Ressalta-se que não há restrição quanto à quantidade de fornecedores, uma vez que existem diversas empresas que comercializam os itens em questão. Tal constatação pode ser verificada com base no histórico de participantes dos processos licitatórios anteriores, disponível para consulta no site oficial da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, no seguinte endereço: <https://bandeirantes.pr.gov.br/licitacao/index/categoria/page/1/busca?csrf=58563f52a8d653f7ebe73a6e841f2b98-5153358f0339c848e338dd8de1559b55&objeto=kits&numero=&status=>.

1.4. Diante das alternativas analisadas, e considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada neste estudo, com vistas à aquisição pretendida, será a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme as especificações, métricas, padrões mínimos de desempenho e qualidade definidos pela secretaria de saúde, limitado ao quantitativo estimado.

**1.5. ALTERNATIVAS DO MERCADO:** Considerando ainda, as alternativas para solucionar a necessidade em questão, encontramos as seguintes possíveis soluções:

<b>SOLUÇÃO 01:</b> Preparo de lanches no próprio município.	
<b>Descrição:</b> A proposta consiste em preparar no município os lanches para envio aos pacientes.	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
-Permite o controle da qualidade nutricional e higiênica dos alimentos;	-Escassez de mão de obra no quadro de servidores do Município para essa finalidade;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

-Contribui para o planejamento logístico, possibilitando a preparação nas quantidades adequadas, bem como o adequado transporte e armazenamento.	-Necessidade urgente de investimento na adaptação da infraestrutura própria para montante, armazenamento e distribuição dos lanches;  -Necessidade de realizar processo licitatório para a aquisição de produtos destinados à preparação dos lanches.
--	---

<b>SOLUÇÃO 02:</b> Contratação de empresa para fornecimento de refeições	
<b>Descrição:</b> A proposta consiste na contratação de restaurantes ou lanchonetes para o fornecimento de refeições aos pacientes que necessitam de tratamento fora do domicílio, sendo, portanto, necessário o deslocamento para atendimento.	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
-Permite o fornecimento de refeições adequadas, incluindo lanches, almoço e jantar;  -Possibilita a oferta de alimentos frescos.	-Necessidade de realizar processo licitatório que contemple diversas cidades;  -Dificuldade em fiscalizar a contratação;  -Possível aumento no tempo de deslocamento, devido à espera pela preparação das refeições, especialmente em casos de maior número de pacientes transportados.

<b>SOLUÇÃO 03:</b> Contratação de empresa para fornecimento de kits de alimentos.	
<b>Descrição:</b> A proposta consiste na contratação de fornecedor para a entrega dos kits de alimentos já montados, para que, posteriormente, a Secretaria seja responsável pela distribuição dos itens.	
<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
-Os alimentos deverão ser devidamente embalados, garantindo a conservação e integridade dos itens durante o transporte e armazenamento;  -O município contará com um único profissional responsável pelo recebimento, conferência e, posteriormente, pela separação dos alimentos para as cidades de destino;  -Será necessário a realização de apenas um processo licitatório para a contratação do fornecedor responsável pela entrega dos kits.	-Local adequado para armazenamento;  -Recebimento semanal dos produtos;  -Alimentos industrializados.

### 1.6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA SOLUÇÃO 03:

Embora tenham sido consideradas diversas alternativas para o fornecimento de lanches aos pacientes que necessitam se deslocar para outras cidades em busca de tratamento, é importante destacar que tais opções podem apresentar limitações significativas. Essas limitações podem afetar, principalmente, o envolvimento de múltiplos profissionais para a execução das tarefas e a dificuldade em monitorar os contratos, caso a contratação fosse realizada em diversas cidades.

Atualmente, os pacientes são encaminhados para cidades que atuam como pontos de referência para o município, o que complicaria a gestão do processo em múltiplos locais. Nesse contexto, a aquisição de lanches embalados surge como uma solução mais viável e eficiente, uma vez que esse modelo já está em uso desde 2022 e tem atendido satisfatoriamente à demanda da Secretaria.

Considerando essa experiência prévia, acreditamos que a solução proposta continua a contemplar de maneira adequada as necessidades dos pacientes atendidos, oferecendo praticidade e qualidade no fornecimento das refeições.

## 2. Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):

2.1. A pesquisa de preço deste estudo utilizou algumas metodologias dispostas no Art. 368 do Municipal nº 3.537/2023, sendo os preços obtidos através das seguintes pesquisas:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

- 2.2.1. <https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>.
- 2.2.2. Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública;
- 2.2.3. Pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores.
- 2.2.4. Pesquisas em sites de vendas online.

2.2. Para identificar o valor para o item a ser adquirido foi utilizado o MÉTODO ESTATÍSTICO da MÉDIA de preços dos itens encontradas conforme pesquisas realizadas.

2.3.1. Desta forma, o valor total do processo se deu em R\$ 474.750,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil e setecentos e cinquenta reais).

**Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):**

Os itens objeto desta contratação se enquadram na categoria de bens e serviços comuns, por apresentarem padrões de desempenho e características gerais e específicas amplamente encontrados no mercado, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 3.537/2023.

Após análise das alternativas de contratação para a aquisição dos kits, optou-se por realizar o processo licitatório por meio de Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 3.537/2023.

#### **IV - Detalhamento da Solução Escolhida:**

**1. Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº 3.537/2023):**

**1.1. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:** Material de consumo e são classificados como comuns, devido a sua forma de execução, sendo os mesmos realizados por um vasto número de empresas do ramo deste objeto.

**1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:** A aquisição de material de consumo, deverá obedecer, no que couber ao disposto na Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações;

**1.3. DA EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:**

1.3.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionado ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, e que estejam devidamente regularizadas junto às Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

1.3.2. A proposta de preço deverá abranger todas as despesas relativas à entrega, taxas e impostos dentre outros.

1.3.3. Os itens a serem disponibilizados, conforme especificado neste estudo técnico, deverão estar em perfeitas condições de consumo.

1.3.4. A contratada deverá substituir, por sua conta, total ou parcialmente, qualquer item que apresente vícios, defeitos ou incorreções.

1.3.5. Os kits deverão ser fornecidos à Municipalidade de forma parcelada, conforme as quantidades solicitadas na Solicitação de Fornecimento/Empenho, a ser expedida oportunamente pela Secretaria requisitante.

1.3.6. A entrega deverá ocorrer semanalmente, conforme solicitação da Secretaria.

1.3.7. O quantitativo estipulado para entrega semanal poderá variar de 750 (setecentos e cinquenta) a 850 (oitocentos e cinquenta) kits por semana.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

1.3.8. A empresa deverá realizar a entrega dos kits embalados em sacos plásticos, devidamente lacrados com lacre amarelo, conforme especificado no descritivo do processo, sem ônus para o Município.

1.3.9. Caso algum item que componha o kit apresente avarias, a empresa deverá ser responsável pela substituição do kit completo.

1.3.10. Os kits deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, localizada no seguinte endereço: Rua Prefeito José Mário Junqueira, nº 661, Centro, Bandeirantes-PR ou de acordo com a solicitação de fornecimento.

1.3.11. Os itens que compõem o kit deverão ser entregues com, no mínimo, dois terços do prazo de validade vigentes a partir da data de sua fabricação.

**1.4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

1.4.1. O prazo de execução do termo contratual será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura e publicação do contrato.

**2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15, §1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):**

2.1. Conforme consta no levantamento de preços, solicitamos e as empresas apresentaram orçamento para todos os itens que compõem o kit. Dessa forma, optou-se por manter todos os componentes reunidos em um único item. Assim, a empresa vencedora será responsável pelo fornecimento da totalidade dos alimentos que integram o kit, devendo ainda realizar a devida embalagem dos mesmos.

2.2. Por esse motivo, o kit é caracterizado como um item indivisível, não sendo possível sua fragmentação. Essa definição visa garantir uma contratação eficaz, que atenda de maneira integral às necessidades do município.

**3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):**

3.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

**4. Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):**

4.1. As escolhas efetuadas ao longo da elaboração do ETP quanto a modalidade escolhida, a divisão por item, entrega parcelada conforme requisição mostraram-se ser as soluções mais viáveis.

As razões que motivaram a escolha das alternativas, considerando as informações apuradas nas análises técnica-funcional e econômica, baseiam-se nas opções levantadas e disponíveis no mercado atualmente.

A solução escolhida proporcionará benefícios para a instituição, em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, alinhada aos instrumentos estratégicos institucionais e governamentais.

**5. Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):**

5.1. No momento, não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, em termos de capacitação de servidores na fiscalização e gestão contratual ou na adequação do ambiente da organização.

**6. Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):**

6.1. A aquisição de gêneros alimentícios pode causar alguns impactos ambientais através da utilização de embalagens e do desperdício de alimentos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES**  
**ESTADO DO PARANÁ**

6.2. A quantidade de embalagens utilizadas para os alimentos pode gerar resíduos significativos. A disposição inadequada desses resíduos pode causar poluição ambiental. Sendo assim, incentivar práticas de redução, reutilização e reciclagem pode minimizar esses impactos.

Os produtos deverão ser de baixo impacto ambiental, em especial quanto à utilização de:

- a) materiais menos agressivos ao meio ambiente.
- b) produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável.

## **7. Mapa de Risco**

7.1. Anexo ao processo.

## **8. Aplicação do critério margem de preferência (art. 79, §2º, IX do Decreto nº 3.537/2023):**

8.1. Em atendimento a Margem de Preferência, relatamos que não estaremos aplicando o critério para o objeto da contratação.

### **V – Posicionamento Conclusivo:**

Dessa forma, após a análise realizada, verificamos que o objeto em questão é de fundamental importância para o município, uma vez que atenderá às necessidades da Secretaria de Saúde. Por esse motivo, esta equipe declara a viabilidade da contratação, conforme os termos apresentados nos parágrafos anteriores.

Adicionalmente, com a aquisição dos kits para viagens, o município estará mais bem preparado para atender às demandas dos pacientes que necessitam de deslocamento para tratamento fora do domicílio. Tal medida garantirá que os transportes sejam realizados de maneira eficaz, suprimindo as necessidades dos pacientes em todos os aspectos.

Por fim, diante das informações apuradas, a equipe de planejamento entende que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) deve ser classificado como **não sigiloso**, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, devendo ser divulgado em sua integralidade.

Bandeirantes (PR), 16 de maio de 2025

---

Alexandro Beretta

Secretário Municipal de Saúde

---

Sabrina Bezerra Lopes

Chefe Divisão de Transporte da Saúde

---

Lucélia Maria da Silva

Diretora do Departamento Administrativo da Secretaria da Saúde